

**prossequir com a reposição de rendimentos e direitos
melhorar as condições de vida e de trabalho.
lutar por um Portugal soberano e com futuro**

A luta dos trabalhadores, impulsionada pela CGTP-IN, contra a exploração, as desigualdades e o empobrecimento do povo e do país, deu um contributo importante para que, das eleições legislativas de Outubro de 2015, resultasse uma maioria de deputados do PS, BE, PCP e PEV na Assembleia da República, a derrota e afastamento do governo PSD/CDS-PP, a constituição de um Governo minoritário do PS e a defesa e reposição de direitos, comprovando mais uma vez o papel decisivo da organização e da luta para demonstrar que não há inevitabilidades.

**REIVINDICAR E
LUTAR
26 a 30
SETEMBRO**

Apesar da recuperação de alguns rendimentos e direitos, que se regista e valoriza, a CGTP-IN entende que é preciso prossequir e aprofundar este caminho, na perspectiva do crescimento económico e do desenvolvimento social, nomeadamente no que diz respeito ao investimento, ao aumento da produção e riqueza nacional, para criar emprego com direitos, repartir de forma mais justa o rendimento, melhorar os serviços públicos, dar melhores condições de vida aos trabalhadores e ao povo.

No quadro da nova correlação de forças e dos compromissos assumidos, foram, desde então, tomadas medidas como a reposição dos salários na Administração Pública; a redução de 50% da sobretaxa do IRS; o aumento, embora insuficiente, do SMN; a melhoria das prestações sociais e a redução do valor a pagar pelas taxas moderadoras do Serviço Nacional de Saúde; o restabelecimento das 35 horas como período normal de trabalho para os trabalhadores em funções públicas; a reposição dos quatro feriados suprimidos em 2012; a criação de uma prestação extraordinária de apoio aos desempregados de longa duração; o alargamento da tarifa social de electricidade e gás natural; a gratuidade dos manuais escolares; a reposição dos elementos de reforma dos trabalhadores de empresas do sector público de transportes, entre outras.

Set 2016

Uma mudança de fundo na política do país é indissociável da valorização do trabalho e dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores.

É preciso ir mais longe e tomar medidas para reparar as injustiças que se mantêm no mundo do trabalho. É preciso revogar a legislação que facilita a precarização dos vínculos laborais e as matérias gravosas do código do trabalho e da lei geral do trabalho em funções públicas, bem como a norma do Regime Jurídico do sector público e empresarial (DL 133/2013) que colide com o direito de contratação colectiva.

A revogação das normas que conduzem à caducidade dos contratos colectivos de trabalho, a reintrodução do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador, o descongelamento dos salários e das progressões nas carreiras profissionais da administração pública e do sector empresarial do Estado são, entre outras, questões relevantes para que se cumpram os preceitos constitucionais relativos ao direito de contratação colectiva e se assegure uma efectiva mudança de política.


CGTP
INTERSINDICAL NACIONAL
UNIÃO DOS SINDICATOS
DE AVEIRO

46 ANOS

**COM OS
trabalhadores**
defender
repor
conquistar direitos

Contra as intoleráveis ingerências, pressões e chantagens

Com a preparação do Orçamento de Estado para 2017, sucedem-se as ameaças de multas, sanções e cortes no acesso a fundos comunitários, num quadro em que a UE tem como objectivo travar e inverter o rumo da política de reposição de rendimentos e direitos e pôr em causa a vontade soberana do povo português.

Tais ingerências e chantagens não só devem ser rejeitadas como exigem que Portugal se liberte das amarras do Tratado Orçamental e de outros instrumentos da União Económica e Monetária (UEM), e de uma dívida que é imperioso e urgente renegociar e que está a sufocar e pôr em causa um crescimento económico significativo e sustentado, o investimento e a soberania nacional.

Melhores salários e emprego – mais justiça social

O país para se desenvolver tem de fazer uma ruptura com a política de direita imposta, designadamente, pelo Governo do PSD/CDS-PP, que acentuou, brutalmente, a exploração, as desigualdades e o empobrecimento.

Este é o tempo de intensificar o combate à precariedade dos vínculos laborais (em 2015, em cada 10 empregos criados, 8 eram de vínculo precário).

O momento de criminalizar os patrões que promovem a extorsão do valor da bolsa atribuída aos estagiários e os utilizam para ocupar postos de trabalho permanentes.

A oportunidade para acabar com a política de baixos salários, que leva a que 42% de trabalhadores tenham uma retribuição base inferior a 600€ mensais.

A altura de combater, com medidas concretas, a pobreza que afecta 11% de trabalhadores no activo e 41% dos desempregados que não têm emprego nem protecção social.

DESENVOLVER O PAÍS defender, repor, conquistar direitos!

defender e exigir o
direito de contratação
colectiva

AUMENTO DOS
SALÁRIOS EM PLO
MENOS 4% E UM
ACRÉSCIMO SALARIAL
NÃO INFERIOR A
40€ /mês

AUMENTO DO SALÁRIO
MÍNIMO NACIONAL PARA
600€, COM EFEITOS A
1 DE JANEIRO DE 2017
E A SUA ELEVAÇÃO
PROGRESSIVA, COM
REVISÃO A
1 DE JANEIRO DE
CADA ANO

AUMENTO DE
TODAS AS
PENSÕES DE
REFORMA

EMPREGO COM DIREITOS
COMBATE À PRECARIIDADE

35h de trabalho
SEMANAL PARA OS
TRABALHADORES, DE TODOS
OS SECTORES DE ACTIVIDADE

REIVINDICAR E
LUTAR
26 a 30
SETEMBRO



UNIÃO DOS SINDICATOS
DE AVEIRO

ASSINA A PETIÇÃO

GARANTIR O DIREITO À
CONTRATAÇÃO COLECTIVA

REVOGAR A NORMA DA CADUCIDADE
DAS CONVENÇÕES COLECTIVAS

ASSEGURAR O DIREITO DE NEGOCIAÇÃO
NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Junta a tua assinatura à de tantos outros trabalhadores para que seja reposto, integralmente, o direito de contratação colectiva e seja assegurado o direito de negociação na Administração Pública!